

"Em 1957, colonos e posseiros organizaram diversas estratégias de resistência e luta às investidas de jagunços contratados pelas companhias grileiras para amedrontá-los e expulsá-los de suas terras. As ações dos jagunços eram violentas e resultavam em estupros, espancamentos, incêndios, depredações e até mesmo mortes. Em outubro daquele ano, colonos e posseiros se organizaram em um conflito armado, tomaram as suas cidades e expulsaram as companhias de terras e os jagunços, além de exigir a designação de novas autoridades municipais. A revolta ocorreu principalmente nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antonio do Sudoeste.

No dia 10 de outubro, em acordo com o grupo que organizava o levante em Francisco Beltrão, iniciou-se um movimento para instalar piquetes nas principais estradas de acesso a Pato Branco e a locais públicos. Comércio e indústria foram fechados como forma de protesto às violências das companhias. Formou-se uma Junta Governativa que, por algum tempo, esteve à frente das negociações. O Major Reinaldo Machado, representante do governo do estado, negociou com os revoltosos uma saída para o impasse. Algumas das lideranças da revolta foram para o interior do município capturar jagunços foragidos e entregá-los à polícia. Em Francisco Beltrão, simultaneamente, os colonos foram convocados pelo rádio para estabelecer um plano. As ações foram semelhantes às que ocorreram em Pato Branco. Os jagunços foram levados para fora da região em viaturas do exército, depois de um acordo com os líderes de que não haveria violência. Os escritórios das companhias foram invadidos e depredados. Todos os documentos, principalmente os que os colonos haviam assinado, foram jogados nas ruas.

Em Santo Antonio do Sudoeste, no dia 12 de outubro, à tarde, como forma de forçar as autoridades a se pronunciarem sobre a questão das terras e a retirarem as companhias, os colonos cercaram a delegacia da cidade. Tomaram a casa do advogado da Citla e acabaram com todos os documentos encontrados. Eles formaram uma comissão de 26 membros, de diversas agremiações políticas do município, para negociar com o governo do estado, que atendeu suas demandas. Entre elas, anistia geral aos participantes do movimento, além da garantia de que não chegariam mais policiais à região e de que os colonos não seriam desarmados.

Após o levante de outubro, não há registros de continuidade de violências, pois os jagunços e as companhias de terras foram expulsos. Já os títulos definitivos de propriedade demoraram mais alguns anos para serem expedidos, mas foram garantidos a partir de 1962, com a instauração do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop).

A revolta de 1957 no sudoeste do Paraná não se constituiu em um movimento social organizado, permanente, com projeto político e diretrizes de ação, mas também não representou apenas uma forma simplificada de descontentamento popular que sofreu ou resultou em ações violentas. As experiências compartilhadas pelos envolvidos desde a época em que chegaram à região, juntamente com a vontade de permanecerem nas terras ocupadas, foram alguns dos fatores que os uniram em torno do conflito de 1957. Foi um grupo de pessoas que vivenciou e partilhou experiências comuns e, a partir disso, sentiu e articulou a identidade de seus interesses entre si frente a outros que tinham objetivos contrários aos seus. Trata-se de um dos poucos movimentos agrários do país que conseguiu sair vitorioso. Colonos e posseiros afirmaram o seu direito de posse e expulsaram os invasores. A conquista ainda demorou alguns anos, mas chegou: famílias que viram seus entes morrerem, fugirem ou sofrerem humilhações puderam sentir o gosto da vitória, ao terem títulos de propriedade validados pela lei."

(PEGORARO, Éverly. Um conflito em imagens: representações fotográficas da Revolta dos Posseiros de 1957. Revista discursos fotográficos, Londrina, v.4, n.5, p.81-102, jul./dez. 2008, p. 87-88)